

MEIO AMBIENTE

PPG-7 terá US\$ 300 mil para funcionar

Marcos Savini
 Da equipe do Correio

O governo brasileiro já pode contar com dinheiro do Grupo dos Sete (G-7) — formado por Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Japão, Itália, Canadá e Alemanha — para financiar os trabalhos de coordenação das centenas de projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. A decisão foi tomada ontem durante a primeira reunião da Comissão de Coordenação Conjunta (CCC) do Programa de Proteção às Florestas Tropicais (PPG-7), na sede do Ibama.

Foram aprovados US\$ 300 mil para que a Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) organize melhor a gestão do PPG-7. O programa, criado em 1991, já atingiu US\$ 338 milhões (a fundo perdido) aplicados em projetos de preservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia e na Mata Atlântica. Desse total, a maior parte, cerca de 90%, é bancada por doações dos membros do G-7, Comissão Européia, Espanha e Holanda.

Mas o programa enfrenta dois grandes problemas. Primeiro, o sistema de financiamento é tão complicado (envolvendo o Banco Mundial, os países doadores e os governos federal, estaduais e municipais do Brasil) que chega a causar atrasos de até dois anos na execução de muitos projetos. Segundo, ainda não existe uma coordenação entre o MMA e outros programas que a União mantém na Amazônia — em especial o *Avança Brasil* do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), que prevê grandes obras que poderão entrar em choque com os experimentos de desenvolvimento sustentável do PPG-7.

“Antes de podermos partir para a harmonização com ou-

tros programas, como o *Avança Brasil*, precisamos transformar o PPG-7 em algo integrado internamente, o que ele ainda não é”, explica Carlos Aragón, coordenador do PPG-7 no Ministério do Meio Ambiente. “O governo brasileiro tentava fazer a coordenação na base da boa vontade, mas os recursos eram limitados e impunham limites”, completou.

Esse total de US\$ 300 mil destinado à gestão do PPG-7 poderá ser ampliado para US\$ 1,5 milhão, o que será decidido na próxima reunião da Comissão de Coordenação Conjunta (CCC), marcada para 24 de fevereiro. Ela foi criada em outubro, após três dias de reuniões na Academia de Tênis, entre representantes dos países doadores, do governo brasileiro e das ONGs.

Na ocasião, eles avaliaram os resultados dos nove anos de existência do PPG-7 e concluíram uma reforma no funcionamento do programa para agilizar a aprovação e o financiamento de projetos. As principais decisões foram a criação da CCC e a responsabilização do Brasil pela coordenação do PPG-7.

Nessa primeira reunião da CCC, também foram aprovados US\$ 400 mil para o Banco Mundial administrar o Fundo Fiduciário da Amazônia (*Rain Forest Trust Fund*), que recebe cerca de 10% de todas as doações dos países do G-7 e pode ser utilizado pelo Brasil para projetos que não atraíram interesse de nenhum doador. Também foram aprovadas na reunião de ontem, cinco novas propostas para o PPG-7: o fortalecimento das duas redes de organizações não-governamentais, o Grupo de Trabalho Amazônico e a Rede Mata Atlântica; o programa de combate às queimadas (*Protetor*); o financiamento de US\$ 200 mil para alavancar novos recursos para projetos na Mata Atlântica, e o apoio à agricultura familiar ecológica.